



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

JOSÉ RUBEVAN DE OLIVEIRA LUCENA

OS SUSSURROS:

ORLANDO FIGES PELA RÚSSIA DE STALIN

Brasília
2016

JOSÉ RUBEVAN DE OLIVEIRA LUCENA

OS SUSSURROS:

ORLANDO FIGES PELA RÚSSIA DE STALIN

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em História Sociedade e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Ciarallo

**Brasília
2012**

JOSÉ RUBEVAN DE OLIVEIRA LUCENA

OS SUSSURROS:

ORLANDO FIGES PELA RÚSSIA DE STALIN

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-graduação *Lato Sensu* em História
Sociedade e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Ciarallo

Brasília, ____ de _____ de 2016.

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Às amigas Aurora da Silva Pereira e Sandra Vieira Maximiniano.

AGRADECIMENTOS

À professora Ms. Aldenira Maria Piedade de Faria pela dedicação, apoio e orientação paciente durante parte desta caminhada.

Ao prof. Dr. Gilson Ciarallo pelo bom acolhimento, pelo acompanhamento e pela competente orientação.

À professora Maria Inês Malta Castro pela presença constante, acompanhamento e respostas a todas as demandas do curso.

Às professoras e aos professores do curso de especialização *lato sensu* em História, Sociedade e Cidadania do ICPD/UniCeub pelo trabalho realizado, especialmente à Prof. Carmen Lícia Palazzo pelo carinho, pela atenção e sugestões para a construção desta pesquisa.

À amiga Prof. Ma. Sandra Vieira Maximiniano pelo incentivo, pelo apoio, pelas críticas e contribuições a esta pesquisa.

A Aurora, Nayara, Basília, Alessandra, Samantha, Xavier, Elaine, pela amizade, pelo companheirismo durante o curso, pelos trabalhos realizados juntos, pelo bom humor e pelo lanche compartilhado durante os intervalos.

Às amigas Claudia e Rayanne pelo incentivo, apoio.

Finalmente, ao universo, por conspirar a meu favor.

Pouco conhecimento faz com que as pessoas se sintam orgulhosas. Muito conhecimento, que se sintam humildes. É assim que as espigas sem grãos erguem desdenhosamente a cabeça para o Céu, enquanto que as cheias as baixam para a terra, sua mãe.
(Leonardo D’Vinci)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é fazer uma discussão acerca da destruição da individualidade dos sujeitos russos, durante o período da Revolução Russa, dando-se ênfase para os anos 1937-1938, período denominado de “o grande medo”. A principal fonte de informação é a obra *Sussurros: a vida privada na Rússia de Stalin*, de Orlando Figes, da qual são selecionados relatos dos sobreviventes do regime totalitário stalinista. O aporte teórico principal é o pensamento da filósofa política Hannah Arendt, sobretudo a discussão da morte do indivíduo no contexto do totalitarismo. Procedeu-se à pesquisa documental, utilizando-se sobretudo os relatos já documentados na obra de Orlando Figes. Considera-se, a partir da análise dos relatos, que o regime totalitário stalinista utilizava, em suas propagandas, o medo como símbolo e como instrumento de dominação total, silenciando vozes com vistas à estabilidade social e política. O terror levado a cabo implicava assassinato da consciência da própria individualidade. O indivíduo, como vítima do regime, perdia toda a textura social na qual havia nascido. Isso é dizer que perdia a sua cidadania.

Palavras-chave: Regimes totalitários. Revolução Russa. Indivíduos. Destruição.

ABSTRACT

The objective of this work is to discuss about the destruction of Russian's individuality during the period of the Russian Revolution, giving emphasis to the years 1937 to 1938, the period called "the great fear". The main source of information is the book called *Whispers: the private life in Stalin's Russia*, by Orlando Figes, from which many reports of the survivors of Stalin's totalitarian regimen were selected. The main theoretical contribution to this work came from the political philosopher Hannah Arendt, mainly the discussion about the death of the individuality in the context of totalitarianism. A documentary research was taken, using mainly the reports inserted in Figes's work. From the analysis that was taken, it is possible to conclude that Stalin's totalitarian regimen used the fear as advertisement and as a mean to have total domination, silencing voices to achieve social and political stability. The terror that was carried out involved the murder of the conscience of people's individuality. The individual, victim of the regimen, lost the social context in which he was born. That means losing his citizenship.

Key words: Totalitarian regimen. Russian revolution. Individuals. Destruction.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 CONTEXTUALIZAÇÃO: A RÚSSIA PRÉ E PÓS-REVOLUCIONÁRIA	11
2 TOTALITARISMO: UMA SUCESSÃO DE MORTES	29
2.1 Medo	30
2.2 Ideologia e terror	31
2.3 Os campos de concentração e seu funcionamento	33
2.3.1 Morte Jurídica.....	35
2.3.2 Morte Moral	38
2.3.3 Morte da individualidade	40
3 ANÁLISE DOS RELATOS NA OBRA DE FIGES	42
3.1 A importância do silêncio no Regime Totalitário Stalinista	42
3.2 Análise dos relatos.....	44
3.2.1 Relato de Nº 01: (FIGES, 2007, p. 372- 374)	44
3.2.2 Relato de Nº 02: (FIGES, 2007, p. nº de pg)	47
3.2.3 Relato de Nº 03: (FIGES, 2007, p. 356-357)	49
3.2.4 Relato de Nº 04: (FIGES, 2007, p. 306)	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	55

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa apresentar uma análise dos relatos feitos pelos sobreviventes do regime totalitário stalinista, tendo como foco, particularmente, os anos de 1937 a 1938, denominados o “Grande Terror”, retratados na obra **Sussurros: A Vida Privada na Rússia de Stalin**, de Orlando Figes¹ (2007). A obra tem como fio condutor o impacto da violência no cotidiano da população russa, a qual destruiu milhares de vidas.

A obra desperta interesse pelo ponto de vista em que ela é contada. Isto é, interessa, ao pesquisador, quem conta a história. De início, o autor busca os registros da época nos arquivos públicos do Estado russo, e quase nada foi aproveitado. Diante dessa dificuldade, ele inova ao considerar a esfera familiar. Nesse sentido, a sua pesquisa pode ser considerada percussora da vida privada entre os russos, pois mesmo sem documentos muito explícitos, foi possível analisar o que se passava, ainda que não fosse evidente ou declarado em documentos escritos.

Com efeito, Figes (2007) obtém a maciça colaboração das pessoas comuns (famílias) que lhe contaram a história do cotidiano no período stalinista e lhe deram acesso a arquivos pessoais e lembranças de família. Dessa forma, a história é narrada do ponto de vista de pessoas comuns, que vivenciaram as condições a que o regime lhes submetia. Orlando Figes (2007) ressalta a importância da oralidade. O que se destaca na obra é o papel do silêncio como uma das estratégias

¹ Orlando Figes é professor de História em Birkbeck College, University of London. Nascido em Londres em 1959, graduou-se em Cambridge. Além da obra “sussurros: a vida privada na Rússia de Stalin”, que reconstrói as experiências dos sobreviventes do Regime Totalitário Stalinista, o autor escreveu outros livros sobre a História da Rússia, incluindo “A tragédia de um povo”, que recebeu o Wolfson Prize. Seus livros foram traduzidos para mais de vinte idiomas.

de sobrevivência durante o regime de Joseph Stalin.

Nesse contexto, o principal objetivo desta pesquisa é desenvolver uma análise da destruição da individualidade dos sujeitos russos, descritos por Figes (2007) nos relatos dos sobreviventes do regime totalitário stalinista, tendo como aporte teórico o pensamento da filósofa política Hannah Arendt (2012). Para dar suporte ao desenvolvimento da pesquisa optou-se pela análise documental bibliográfica.

Quanto à estrutura, a monografia foi desenvolvida em três capítulos. No primeiro capítulo, é abordado o contexto histórico no qual se desenrolou a Revolução Russa. No segundo, é tratado o conceito de totalitarismo e seus principais elementos: o terror, o medo, a ideologia, os campos de concentração e a destruição da vida jurídica da pessoa, da vida moral e da individualidade.

Por fim, no terceiro capítulo, são analisados quatro relatos de sobreviventes, descritos por Orlando Figes (2007), tendo como operadores de análise o silêncio e os elementos do totalitarismo descritos no capítulo anterior. No primeiro relato tem-se a história de Júlia, presa aos 39 anos, enviada para o campo de trabalho forçado sob a alegação de ter conspirado contra o governo de Stalin. O relato sobre a morte dela, no campo de concentração, é feito por sua amiga Zina. O segundo relato tem como foco a prisão do pai de Vera Turquina, esta relata a falta de informações claras que levou seu pai à prisão. O terceiro relato é feito mediante uma carta em que a emissora solicita ao marido que acredite na sua inocência, entretanto ela desconhecia que ele também estava preso. Finalmente, o quarto relato traz a história de um jovem, cujo pai fora preso quando ele tinha nove anos. Trata do medo e silenciamento nos diversos espaços públicos da Rússia.

Dessa forma, este trabalho pretende oferecer ao leitor duas contribuições.

A primeira ligada à riqueza do pensamento político de Hannah Arendt (2012) para além do totalitarismo, isto é, para a condição humana; e a segunda visa provocar no leitor uma reflexão crítica acerca da história contada sob a perspectiva do indivíduo a quem fora outrora negada.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO: A RÚSSIA PRÉ E PÓS-REVOLUCIONÁRIA

Segundo Figes (1999), no processo da revolução russa há quatro conjunturas que se entrelaçam, embora não seja possível estabelecer entre elas uma relação de causalidade ou de encadeamento inevitável: 1905, as duas revoluções de fevereiro e outubro de 1917 e a geralmente esquecida de 1921.

Orlando Figes (1999) ressalta que com o passar do tempo houve uma tendência, sobretudo entre os revolucionários vitoriosos, mas também entre os especialistas no assunto, a construir um nexos necessário entre os episódios acima como se fossem elos de uma mesma corrente. Nessa configuração, a revolução de 1905 teria sido o prólogo da de 1917, a insurreição de outubro aparecendo como o epílogo, e a de 1921 considerada apenas uma revolta, ou desqualificada como um episódio contrarrevolucionário. Trata-se de uma ilusão retrospectiva, não incomum na história. As “revoluções” aconteceram sem prévia determinação de qualquer natureza e não estavam inscritas na mesma lógica. (REIS FILHO, 2003, p. 41). Foram construídas no contexto de entrecruzamentos e de choques de imensas forças sociais e políticas em ação, de opções tomadas por suas lideranças e partidos, condicionadas por circunstâncias, nacionais e internacionais, que nenhuma delas, individualmente, controlava.

As contradições vividas pela Rússia no início do século XX- muitas delas decorrentes dos valores do antigo regime - chocavam-se com o mundo capitalista emergente. Os grandes proprietários de terras, o clero e os oficiais do Exército, no comando da teia social, configuravam uma sociedade baseada na posse de terras e de títulos honoríficos.

Tragtenber (2007), em sua obra **A Revolução Russa**, sustenta que,

mantendo uma estrutura que carregava muitos aspectos do mundo feudal, a sociedade russa não mostrava o dinamismo de outras sociedades capitalistas. Os nobres proprietários possuíam a maior parte das terras férteis e exploravam o trabalho de camponeses que viviam em situação próxima da servidão. Conforme Reis Filho, o camponês russo vivia numa situação deplorável: pequenos lotes, rendimentos baixíssimos, técnicas arcaicas, analfabetismo, má nutrição, doenças (1999, p.11).

Desde o século XIX, imperadores como Nicolau II vinham adotando tímidas políticas modernizadoras. Dentre elas estavam a abolição da servidão e o encorajamento de investimentos estrangeiros para impulsionar a industrialização russa. Ao mesmo tempo, a modernização industrial aumentava o contraste entre a estrutura oligárquica que sustentava o *czar* e algumas cidades altamente modernizadas.

Frente a esse contexto, as agremiações políticas anarquistas e marxistas russas conseguiram difundir suas ideias entre as populações urbanas e rurais, com grandes greves operárias marcando a Rússia no começo do século XX. Além delas, outros sujeitos sociais - exército, classe operária e o campesinato – opunham-se à estrutura autoritária do czarismo e todos esses elementos concorreram para a revolução de 1917.

Os monarcas da dinastia Romanov, no poder desde 1613, governavam de forma autocrática. O *czar* se confundia com o Estado e agia politicamente sustentado na grandeza imperial. Essa postura, naturalmente, não satisfazia as aspirações burguesas de industrialização e modernização. A corrosão do czarismo, devido ao seu caráter despótico em contraste com os regimes constitucionais de muitas nações europeias, também se revelava no plano internacional, no jogo de

forças com outras potências por domínios imperialistas, fragilizando seu poderio e debilitando o regime.

A esse caldeirão de contradições seria adicionado um conflito fronteiriço com o Japão que resultou no fracasso do *czar* Nicolau II na Guerra Russo – Japonesa (1904-1905), ao disputar a Coréia e a Manchúria. Isso incentivou as forças de oposição a intensificar os desagravos ao despotismo dos Romanov.

A primeira evidência de impasse político se deu em 22 de janeiro de 1905, quando uma manifestação popular em frente do Palácio de Inverno (sede do Governo) dos monarcas, em São Petersburgo, foi reprimida violentamente. Os manifestantes, pacíficos e desarmados, queriam uma entrevista com o *czar* para lhe pedir a convocação de uma assembleia constituinte (Duma)² e a implantação de melhores condições de trabalho e regras trabalhistas. O *czar* ordenou que a polícia atirasse nos manifestantes, levando centenas à morte. Esse episódio ficou conhecido como Domingo Sangrento.

Depois disso, uma onda de protestos e de intranquilidade espalhou-se pelo Império Russo resultando em uma greve geral e em levantes militares como o do encouraçado Potemkin, da esquadra do Mar Negro. Nessas circunstâncias e pressionado pelos conselheiros mais lúcidos, dentre os quais o primeiro-ministro, o conde Witter, o *czar* aceitou, afinal, as reivindicações substanciais dos movimentos sociais e também os termos de um acordo que pusesse fim à guerra contra o Japão. A paz assinada em setembro de 1905 (Tratado de Portsmouth) impôs concessões: a Rússia cede à ilha Sakhalina e Port Arthur a estrada de ferro do sul da Manchúria e reconhece o protetorado japonês sobre a Coréia (REIS FILHO 1999, p. 27-28).

Tragtenberg (2007) afirma que, diante das crescentes manifestações, o

² Nome dado à Assembleia Nacional da Rússia, criada em 1906 pelo *czar* Nicolau II.

czar lançou o Manifesto Imperial de 30 de outubro de 1905 prometendo a instauração de uma monarquia constitucional e parlamentar que respeitaria as liberdades individuais bem como a convocação de uma assembleia – a Duma pan-russa – e uma reforma agrária. O manifesto e as promessas atenuaram o ritmo do movimento social, em declínio desde o anúncio da paz. Os setores liberais recuaram então para uma posição de expectativas.

Nessa época as agitações populares, tanto de trabalhadores da indústria como de camponeses, estimularam a formação dos sovietes - conselhos de trabalhadores - em várias regiões de Rússia, o que ativou a participação popular. Os marinheiros da base naval de Kronstadt ensaiaram uma revolta em novembro, mas foram vencidos. Diante disso, o czarismo percebe o declínio do movimento e ataca o núcleo de suas organizações: dissolvendo os sovietes em dezembro. Em 1906, Nicolau II cumpria a promessa de instaurar o parlamento para redigir uma nova constituição para o país. Controlada por deputados predominantemente originários das elites nacionais, a Duma, no entanto, colocava em xeque à autoridade do *czar*, que aumentou seus próprios poderes por meio de decretos. As críticas dos parlamentares levaram-no, no ano seguinte, a dissolvê-la.

Nas palavras de Figes (2007), o movimento de abertura do regime czarista mostrava-se oscilante, pendular. Em 1911, a reação absolutista se impôs novamente. A monarquia autocrática czarista convivia com a constituição, com a Duma, e com novos sovietes, todos agora sem poderes efetivos.

Conforme Reis Filho, o regime czarista não extirpara as contradições sociais que haviam produzido a revolução nem aniquilara os partidos políticos populares (1999, p. 29). Entre os opositores do czarismo destacaram-se várias agremiações político-ideológicas, como a populista, a anarquista (partidários das

ideias de Bakunin) e principalmente a social-democrata (defensores dos princípios marxistas).

A socialdemocracia se dividia em duas facções. Os mencheviques (do russo menshe = “menos”, indicando sua presença minoritária no congresso dos trabalhadores russos), que pregavam o desenvolvimento e o amadurecimento do capitalismo para alcançar o socialismo, liderados por Plekhanov e Iulii Martov. Em oposição, ficava o grupo bolchevique (do russo bolshe = “mais”) o qual era adepto das ideias de Marx e acreditava que o fortalecimento dos sovietes e a criação de uma ditadura do proletariado seriam o melhor caminho para a consolidação de um estado socialista. Era liderado por Vladimir Ilitch Ulianov (Lenin) e Leon Trotsky.

A progressiva divisão dos sociais-democratas levou-os à separação definitiva em 1914. Apesar disso, tanto bolcheviques como mencheviques continuavam a catalisar o crescente e generalizado descontentamento da população russa em relação ao czarismo.

Com o início da Primeira Guerra Mundial em 1914, membro da Tríplice Entente, juntamente com a Inglaterra e a França, a Rússia lutou contra a Alemanha e a Áustria-Hungria visando a conquistas territoriais.

Ferro (2004) afirma que a guerra agravou as contradições sociais e políticas internas na Rússia. As sucessivas derrotas diante do poderio militar alemão, pelas quais o *czar* foi responsabilizado, foram acompanhadas de deserções em massa de soldados nas frentes de batalha, favorecendo a organização das oposições. No final de 1916, após a conquista de boa parte de seu território pelos alemães, a Rússia estava militarmente aniquilada e economicamente desorganizada. Sua população convivia com o desabastecimento e a escassez de gêneros básicos.

No início, do ano seguinte, um clima de efervescência revolucionária tomou conta da sociedade: manifestações espontâneas de rua, greves operárias e atos de insubordinação de soldados contra os comandos militares. Estava em curso a revolução de 1917 que pode ser dividida em duas fases distintas: a de fevereiro ou "Revolução Branca" e a de outubro ou "Revolução Vermelha".

A revolução de fevereiro foi uma série de eventos políticos e sociais na Rússia, como greves e manifestações operárias, que derrubou a autocracia russa. Fundou-se então um governo provisório composto por tendências políticas variadas. Alexandre Kerensky, do partido Socialista Revolucionário e ligado ideologicamente aos mencheviques, era o dirigente do movimento. A princípio, o partido pretendia consolidar uma monarquia constitucional, mas, posteriormente acabou-se por implantar um governo republicano.

Com a abdicação do czar Nicolau II estabeleceu-se uma aliança entre o governo provisório, de caráter liberal burguês e controlado pela burguesia, e o Soviete de Petrogrado, eleito por operários e soldados. Este permaneceria como órgão à parte do governo que fiscalizaria sua atuação. Nesse período de agitações políticas, formou-se uma expressiva rede de sovietes associada a outras instituições populares como sindicatos e assembleias.

De início, os setores populares representados nos sovietes tiveram boas expectativas à aliança com os liberais. Mas, em curto prazo, o governo de alianças acabou cedendo lugar a uma situação de dualidade de poderes. De um lado estava o Governo Provisório, cujas decisões não correspondiam às aspirações populares, e de outro o Soviete de Petrogrado, detentor de uma representação mais direta e efetiva.

Segundo Figes (2007), uma das mais fortes discordâncias entre o

governo provisório e o Soviete de Petrogrado era em relação à guerra em andamento, e com a qual o exército russo sofria pesadas baixas, com mortes e deserções. Enquanto o governo pretendia continuar a guerra “até a vitória final”, o Soviete encaminhava proposta de paz.

Além disso, os operários reivindicavam uma legislação trabalhista e a gestão das empresas. Camponeses clamavam por uma reforma agrária e grande parte da nação exigia a convocação de uma Assembleia Constituinte, que os governantes insistiam em adiar até o término da guerra.

Em abril, regressando à Rússia, após ter sido exilado desde 1905, Lênin apresentou ao Partido Bolchevique suas propostas, as chamadas Teses de Abril. Nelas, propunha-se a paz imediata; a dissolução do Governo Provisório e “todo poder aos sovietes”; a supressão da polícia do exército e do conjunto dos funcionários do Estado; o confisco das grandes propriedades rurais e a nacionalização da terra; a criação de um banco nacional único; o controle da população e da distribuição dos produtos pelos sovietes.

Reis Filho afirma que em julho e em agosto vários levantes puseram em xeque a autoridade do Governo Provisório, que aproveitou o fato para colocar o Partido Bolchevique na ilegalidade e prender vários líderes. Lênin refugiou-se na Finlândia.

Em outubro encerrou-se o período de dualidade de poderes. A vitória da insurreição, que poucos previram, não foi inevitável nem obra do acaso. Deveu-se à força dos movimentos sociais de operários, soldados e camponeses, às condições particulares do momento em que se realizaram as decisões do II Congresso dos Sovietes e à ação bolchevique.

No começo daquele mês, a Rússia era a imagem da decomposição: crise na indústria e nos transportes, escassez de alimentos, inflação. Os comitês de fábrica assumiram o controle do emprego, do abastecimento, da produção. No campo, dominavam os comitês agrários e a insurreição camponesa avançava, expropriando os senhores de terras. Nas frentes de batalha grassava a desmoralização. Atos de confraternização com os alemães, deserções, indisciplina, execução de oficiais. A desagregação era mais aguda nas guarnições das cidades. Os soldados estavam dispostos a tudo menos a lutar. Era visível a impotência do governo que quando tomava decisões não era respeitado.

Marc Ferro afirma que em setembro, Kerensky dissolveu o Comitê Central da Frota de Guerra, mas os marinheiros não obedeceram. O governo decidiu então transferir a capital para Moscou, mas uma forte pressão do Soviete o fez desistir. Em 16 de outubro os mencheviques proporião entregar provisoriamente a terra aos camponeses, mas Kerensky recusou. Pouco depois, o ministro da guerra sugeriria a paz para salvar o governo, mas Kerensky o demitiu acusando-o de derrotista.

No plano internacional a situação era relativamente favorável ao governo provisório, que *a priori* pretendia consolidar a paz com os alemães. Diante dessa situação os alemães aproveitaram o momento de conflito e propuseram uma “pseudo” paz com os russos para concentrar as forças no enfrentamento de seus principais inimigos: França, Inglaterra e EUA. Mas a maior falha de cálculo era considerar a força do movimento por paz e terra e não a radicalização dos Sovietes.

Na noite de 24 para 25 de outubro de 1917 houve uma insurreição em São Petrogrado. Alguns episódios decisivos prepararam o caminho da vitória. O primeiro foi, sem dúvida, a tomada do Soviete de Petrogrado pelos bolcheviques. Em setembro, houve a aprovação das propostas exigindo a entrega do poder aos

Sovietes e a realização do II Congresso Soviético.

Reis Filho (2003) ressalta que durante o II Congresso Soviético compareceram para protestar, representantes de várias categorias como: ferroviários, funcionários dos correios e funcionários públicos. Essas categorias anunciaram que estavam dispostos a lutar contra o partido bolchevique.

Todavia parte da sociedade russa enviou telegramas apoiando a deposição do Governo provisório e estimulando os bolcheviques a assumissem o poder.

Finalmente, no dia 26, os bolcheviques propuseram formalmente que os sovietes assumissem o poder e formasse um novo governo que proporia paz imediata, terra aos camponeses, estatuto democrático às forças armadas, controle sobre a produção, e uma data determinada para a Assembleia constituinte, além de garantir o direito das nações da Rússia a disporem delas mesmas. Entretanto, na дума, reuniram-se os opositores criando um Comitê de Salvação do País e da Revolução, formado pelos partidos que se retiraram do Congresso Soviético e pelos representantes da burguesia e da nobreza liberal.

Os socialistas revolucionários e os mencheviques não acreditaram no sucesso da insurreição. Afinal tinham a visão de que a revolução russa não poderia “saltar” a etapa burguesa. Um governo socialista seria uma impostura, mascararia a pior ditadura. Os Kadetes também não reagiram por acreditar que bolcheviques não durariam no poder. Na frente norte, porém, tropas enviadas pelo Estado-Maior confraternizam com os revoltosos e os comitês agrários apoiaram o novo governo. Os apoios vinham de todos os lados.

Tragtenberg (2007) sustenta que na segunda sessão do Congresso dos

Sovietes várias medidas foram aprovadas por aclamação: abolição da pena de morte, liberdade de reunião para os soldados, revogação dos comissários do governo deposto, ordem de prisão para Kerensky. Um armistício entraria imediatamente em vigor e os Sovietes declarariam abolida a diplomacia secreta, e prometem divulgar os tratados assinados pelo czarismo e pelo Governo Provisório. Além disso, as condições da futura paz seriam ratificadas pela Assembleia Constituinte. A propriedade da terra, incluindo o gado e o material agrícola seria abolido, sem nenhuma indenização, propunham o decreto lido por Lênin.

A terra será distribuída aos camponeses sob o controle dos Comitês Agrários, de acordo com a resolução do Congresso camponês, aprovado em maio. Determinaram-se a revogação da propriedade privada, o direito de todos trabalharem a terra com as próprias mãos, a proibição do trabalho assalariado e do arrendamento de terras. Estas seriam distribuídas de forma igualitária, considerando-se as condições locais e segundo as possibilidades de trabalho e as necessidades de consumo de cada família. (FIGES, 1999, p.580).

Diante dessa situação o Congresso Soviético constituiu o novo governo, “na expectativa da Assembleia Constituinte”: Seria conselho dos comissários do Povo do governo operário e camponês. Lênin seria seu presidente. O plenário aclamou o governo formado exclusivamente pelos bolcheviques, todavia havia preocupação que era. Em primeiro lugar, é praticamente nula sua inserção no campo. Em segundo lugar, possuía um efetivo pouco expressivo.

A vitória da insurreição de outubro deveu-se principalmente à convergência dos movimentos sociais de operários e camponeses. Os soldados ofereceram sua parcela de contribuição. A agitação entre as nacionalidades não russas completava o quadro. Os movimentos eram determinados por reivindicações claras e precisas: paz, terra, pão, autonomia para as nacionalidades não russas, controle operário sobre a produção. A história de fevereiro e outubro é a história de

como o Governo Provisório foi incapaz de atender estas reivindicações.

Os bolcheviques, desde abril de 1917, estimularam o povo a tomar em suas mãos a resolução dos problemas. Defenderam, juntamente com os anarquistas – mas estes eram pouco expressivos-, a entrega de todo poder aos soviets. Tiveram, assim, condições de assumir a grande vaga do movimento social que, acabaria varrendo o Governo Provisório e o sistema capitalista que este encarnava.

A destruição do Governo Provisório significava a mudança rumo ao socialismo tão almejado pelos bolcheviques. Lenin e Trotsky se aliaram a partir de maio de 1917 e empolgaram o partido, mas sem eliminar as contradições. Quanto à relação entre partido e soviets, Lenin, desde julho, evidenciaria a opinião de que o partido, como depositário dos interesses históricos do proletariado, não poderia vacilar diante da possibilidade de tomar o poder.

A vitória dos bolcheviques em outubro resultou da combinação da força social dos soviets e comitês agrários e da direção dos bolcheviques. A insurreição seria impensável sem os primeiros. Mas a intervenção bolchevique foi decisiva, sobretudo na execução da insurreição dos dias 24 e 25.

A criação do Comitê Militar Revolucionário do Soviete de Petrogrado e a preparação da Guarda Vermelha para debelar os contrarrevolucionários concorreram para que os insurretos mantivessem o poder em nome dos soviets. Após, os revolucionários adotaram medidas nos mais diversos campos para que a velha ordem fosse destruída. Entre elas alterações nas leis referentes aos direitos civis; anulação dos títulos de nobreza; separação entre Igreja e Estado; simplificação da língua escrita russa; autogoverno local; liberdade de expressão, de imprensa, de greve e de associação; eleição de juizes pela população; substituição da polícia e do exército permanente pelo armamento geral do povo; controle das empresas pelos

operários por meios de instituições eleitas; igualdade e soberania dos povos da Rússia e o direito desses povos a disporem de si próprio, até mesmo o direito à separação e constituição de um Estado independente.

Uma questão traumática enfrentada pelo governo revolucionário bolchevique dizia respeito à saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial. As negociações em separado com a Alemanha acarretaram a assinatura do Tratado de Brest- Litovsk, em 3 de março de 1918. Todavia, os alemães exigiam indenizações e anexações reais ou disfarçadas consideradas descabidas pela maioria dos bolcheviques (REIS FILHO, 2003, p.69). A Rússia teve de ceder vastas regiões férteis, renunciar às suas pretensões territoriais e reconhecer a independência da Ucrânia e da Finlândia. Além disso, teve de abrir mão do controle sobre a Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, parte da Bielorrússia e ceder território da Turquia.

Ferro (1999) afirma que, apoiados pelas potências vitoriosas no conflito mundial, antigos oficiais monarquistas e políticos conservadores formaram uma força militar contrarrevolucionária, o Exército Branco que se lançou contra o Exército Vermelho, representante do poder soviético. Fruto disso a guerra civil incendiou a Rússia.

Em resposta, os socialistas revolucionários de esquerda chamaram a luta aberta contra os bolcheviques. Seguiram-se atentados (um dos quais quase matou o próprio Lênin), motins, tentativas insurrecionais, que coincidiram com movimentos de rearticulação das forças contrarrevolucionárias, os brancos, apoiados pelo desembarque, em várias regiões, de tropas estrangeiras: inglesa, em Murmansk e Arkhangelsk, ao norte. Franceses em Odessa, no Mar Negro. No Extremo-Oriente, um pouco mais tarde, japoneses e norte-americanos, em Vladivostok (REIS FILHO, 2003, p.70).

Para derrotar os Brancos, o poder revolucionário soviético estabeleceu um rígido controle sobre a produção e o consumo, o "comunismo de guerra", instituindo a economia de troca e a proibição do comércio privado e o pagamento de

gêneros, além do confisco da produção agrícola para abastecer a população. Também impôs rigorosa disciplina ao Exército Vermelho sob o comando de Trotsky. No final de 1920, haviam sido eliminados praticamente todos os focos de contrarrevolução. Nos combates para derrotar os Brancos, o Exército Vermelho anexou territórios que formaram a União das Republicas Socialistas Soviética (URSS) de sorte que, em meados de 1920, os bolcheviques, sós no comando do Estado, apareciam como vencedores da guerra civil. Apesar da vitória, porém, a avaliação crítica das circunstâncias não autorizava euforia. Os efeitos da guerra civil foram terríveis. Como se vê:

O país estava simplesmente arrasado. O produto industrial registrava um declínio de mais de dois terços. Na grande indústria, a perda chegava a 80%. A produção de petróleo, energia elétrica e carvão caíram em mais de 70%. Em relação a outros setores estratégicos para o equilíbrio da economia, como ferro, aço e açúcar, uma situação ainda mais desoladora: quase 100% de queda. O mesmo ocorria no tocante ao comércio externo. Quanto à produção agrícola, diminuição de quase metade. Dados e estatísticas econômicas desfavoráveis, mas ainda faltaria acrescentar às epidemias, o desgaste extremo, as crueldades típicas dos processos de guerra civil, os traumas provocados pelo emprego sistemático do terror – vermelho e branco -, incontáveis atrocidades, gerando um processo de brutalização das relações sociais, caldo de cultura política que oferece o quadro que ajuda a compreender muitos episódios que ainda haveriam de vir. No plano internacional, e contrariando as previsões dos líderes bolcheviques, a revolução internacional não acontecera. A Rússia estava isolada. O socialismo num só país, uma entorse essencial na teoria marxista de revolução. (REIS FILHO, 2003, p. 71-72).

Foi em meio a essa turbulência que explodiu uma rebelião dos marinheiros da base naval de Kroustadt contra o poder soviético em 1921. Não se trata de um simples motim, mas de uma reação violenta contra o governo bolchevique. Foi o último confronto armado de importância da guerra civil Russa.

Não era uma base qualquer. Além da localização estratégica, no Golfo da Finlândia, protegendo a cidade de Petrogrado, abrigava dezenas de milhares de marinheiros e, principalmente, detinha uma considerável tradição política. Os marinheiros de Kronstadt, ao longo do processo revolucionário, desde a derrubada do tsarismo até a vitória da guerra civil, desempenharam sempre um papel de primeira linha. Não gratuitamente, anarquistas e bolcheviques controlavam o Soviotes local (REIS FILHO, 2003, p. 73).

Os marinheiros da base naval de Kronstadt eram considerados pela sociedade russas excelentes combatentes. Devido ao caos deixado pela guerra civil, Kronstadt, considerando que os soviets de então não exprimiam mais a vontade dos operários e camponeses, reivindicavam.

Imediata eleição com voto secreto, com liberdade de desenvolver a campanha eleitoral; liberdade de imprensa e palavra para operários e camponeses, anarquistas e socialistas de esquerda; liberdade de reunião para todos os sindicatos operários e organizações camponeses; liberdade para os socialistas prisioneiros políticos, assim como marinheiros e soldados do Exército Vermelho preso durante os movimentos populares; eleição de uma comissão encarregada de examinar os casos dos prisioneiros e dos internados em campo de concentração; supressão de todos os departamentos políticos (em cada unidade fabril, militar e de bairro o partido possuía um departamento político); nenhum partido deve ter o privilégio da propaganda política e ideológica nem receber nenhuma subvenção governamental; no lugar dos departamentos políticos, formar comissões de Educação e Cultura financiada pelo Estado; supressão imediata de todas as barreiras militares; supressão dos destacamentos comunista de choque em todas as seções militares e da Guarda Comunista nas minas e usinas; se houve necessidade de destacamentos, que sejam pelos soldados das seções militares; se houver necessidade de guardas, que sejam escolhidos pelos próprios trabalhadores; o camponês deve usufruir sua terra, sem empregar o trabalho assalariado (TRAGTENBERG, 2007, p.101).

Tais reivindicações foram analisadas pelo partido bolchevique que, aparentemente, dispusera-se a negociar. Logo de início atenderam a algumas reivindicações no intuito de acalmar os trabalhadores em greve. Mas os revoltosos exigiam a realização integral do seu programa e se mantiveram armados e mobilizados.

Temendo um processo de contaminação, os bolcheviques formularam um ultimato apenas 72 horas depois do início do movimento: rendição ou aniquilamento. Como não houve rendição, o bombardeio começou já em 7 de março. A revolta transformou-se em revolução. Num novo manifesto os marinheiros anunciaram o início de uma terceira revolução. Contra a burguesia e contra o regime do Partido Comunista e a sua polícia política, acusados de instaurarem uma ditadura do capitalismo de Estado. Não abriam mão de novas eleições soviéticas, livres e controladas por órgãos independentes do Estado, e também por sindicatos autônomos. Os bolcheviques denunciaram o processo como contrarrevolucionário. Prenunciando processos futuros, os marinheiros não passariam de agentes, consciente ou inconsciente, da contrarrevolução internacional. A luta prosseguia até 18 de março quando a revolução, isolada do resto da sociedade, foi esmagada. Milhares de mortos e feridos dos dois lados, mais

de 2.500 prisioneiros entre os marinheiros, deportados ou fuzilados (REIS FILHO, 2003, p. 74).

A repressão à rebelião contribuiu para os bolcheviques avaliarem seus erros, apostando no comunismo de guerra como solução para os problemas emergentes da sociedade russa. Tal situação concorreu para que o governo soviético adotasse a Nova Política Econômica (NEP) em março de 1921 com o objetivo de evitar o colapso total da economia após a guerra civil. Lênin consolidou um planejamento estatal sobre a economia que combinava princípios socialistas com elementos capitalistas. A NEP estimulava a pequena manufatura privada, o pequeno comércio e a venda livre de produtos pelos camponeses nos mercados. Pretendia, dessa forma, motivar a produção e garantir o abastecimento da população russa.

Lênin justificava a inserção de componentes capitalistas na economia russa sob a alegação de que eram necessários para fortalecê-la e, desse modo, possibilitar a implantação do regime socialista. A NEP, que durou até 1928, levou à recuperação parcial da economia soviética e à reativação de setores fundamentais, fazendo crescer a produção industrial e agrícola e o comércio.

Reis Filho (2003) ressalta que, em contraste com a relativa liberalização econômica, consolidou-se o centralismo governamental com a supremacia do Partido Comunista, nome dado pelos bolcheviques, a partir de 1918, ao único partido permitido no país. Nesse mesmo ano foi elaborada uma Constituição que criava a República Soviética Socialista Russa e, em 1923, outra, que instituía a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), mais conhecida por União Soviética. Esse foi o resultado de um acordo de união das diferentes regiões do Império russo convertidas em repúblicas federativas e socialistas. Com a mudança

do nome, o ex- partido bolchevique transformou-se, em 1925, no Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

Com a morte de Lênin, em 1924, o poder soviético foi disputado por Leon Trotsky, chefe do Exército, e Josef Stálin, secretário-geral do Partido Comunista. Trotsky defendia a revolução permanente, que pretendia difundir o socialismo pelo mundo. Stálin pregava a consolidação interna da revolução, a estruturação de um Estado revolucionário forte e a implantação do socialismo num só país, para então tentar expandir a revolução para a Europa. Stálin saiu vitorioso no XII Congresso do Partido Comunista (1924) e nos anos seguintes marginalizou Trotsky, que acabou expulso do partido e exilado em 1927 juntamente com seus seguidores.

Durante o governo de Stalin (1924-1953), a economia soviética foi completamente socializada e a NEP foi substituída, em 1928, pelos planos quinquenais. Com isso, Stalin pretendia modernizar e intensificar o processo de industrialização da Rússia. Também o campo foi socializado com a criação de fazendas estatais e coletivas no lugar das fazendas privadas. Em sua estratégia de fortalecimento da União Soviética, Stalin priorizou a indústria de base e não a de bens de consumo, ampliando o poder do Estado sobre a economia.

Stalin fez um governo ditatorial, censurando seus opositores. Esse foi o caso de Trotsky, exilado em 1929 e assassinado, segundo muitos a mando de Stalin em 1940, no México. Várias outras lideranças de oposição foram presas, torturadas e executadas nos anos seguintes, incluindo antigos companheiros de partido. Também os civis que se opunham às ideias totalitárias do Partido Comunista foram perseguidos e eliminados. Muitas pessoas foram enviadas para trabalhos forçados na Sibéria, entre elas camponeses contrários à coletivização das terras.

Orlando Figes (2007) afirma que Stalin forçou camponeses a entregarem

suas terras às grandes fazendas coletivas do Estado. Muitos deles resistiram e alguns até matavam seu gado para não o entregar às fazendas. Stalin reagia com violência, forçando pelas armas a entrega das terras. Milhões de kulaks³ foram mortos e milhões de outros deportados com suas famílias para a Sibéria e a Ásia Central. Durante o governo de Stalin foi totalmente suprimida a liberdade de expressão e de organização dos trabalhadores. Cientistas, historiadores, artistas e escritores eram obrigados a seguir a linha oficial do partido. Paciente e metodicamente Stalin foi eliminando os que se opunham a seus planos.

Parte da historiografia russa vê Stalin como um bom governante: homem enérgico, vestido numa túnica militar, sem pompa nem luxo, uma figura paternal, calmo, bondoso, conciliador, promotor do consenso. Reis Filho discorda: “Nem um semideus infalível, nem um demônio de erros, mas um ditador brutal, meticuloso, com uma grande capacidade de trabalho e nenhum respeito pela vida” (2003, p.110).

Neste capítulo tratamos do processo pré e pós-revolucionário ocorrido na Rússia, a fim de situar, no contexto histórico, o surgimento e o término do período de horrores cometidos pelo regime totalitário stalinista. No capítulo seguinte trataremos do totalitarismo e seus elementos os quais contribuíram para a destruição parcial da sociedade russa do século XX. As considerações feitas aqui serão posteriormente retomadas quando da análise dos relatos dos sobreviventes.

³ Camponeses com certo recurso.

2 TOTALITARISMO: UMA SUCESSÃO DE MORTES

O título da nossa reflexão reporta-se a uma experiência político-cultural imposta à sociedade russa durante o governo de Joseph Stalin. Nosso objetivo neste capítulo é buscar entender o que é o totalitarismo, sua origem, sua vigência e as suas consequências, particularmente para a sociedade russa do século XX. Inicialmente retomaremos a etimologia da palavra totalitarismo e a partir do conceito cunhado pela filósofa política Hannah Arendt (2012) daremos sequência ao nosso estudo, fundamentando-nos nas reflexões da citada filósofa. Dessa forma, trataremos das questões ligadas à ideologia; ao medo, ao terror; e às mortes, jurídica, moral e individual próprias do regime totalitário.

Etimologicamente o vocábulo *totalitarismo* tem a sua origem no latim, sendo formado pelos morfemas *totus* (inteiro, todo), *-alis* (relativo a) e o sufixo *-ismo*⁴ (sistema, doutrina). Do ponto de vista conceitual, Hannah Arendt (2012) afirma que o totalitarismo vem de uma política específica, na qual a autoridade foi abolida e substituída por uma forma de governo baseada no terror e na ideologia. A autora identifica a existência de duas grandes matrizes totalitárias, inauguradas após a segunda guerra, o nazismo na Alemanha e o Stalinismo na Rússia. Depois de ter vivido na pele a experiência totalitária germânica, o totalitarismo será o pano de fundo de todo pensamento filosófico e político arendtiano. Suas reflexões sobre a liberdade, sobre a importância do pensamento e sobre os direitos humanos surgem como antítese à destruição causada pela ruptura totalitária.

Para Arendt (2012) o terror total, como “realização da lei do movimento”, controla e engendra a superfluidade dos indivíduos através da paralisação de toda ação espontânea, a fim de liberar e acelerar as irresistíveis forças sobre humanas do homem. Um dos principais objetivos do regime totalitário stalinista era o domínio total do indivíduo russo considerando os aspectos político, econômico, religioso, social e individual. Nesse sentido, o que se levava em consideração eram os interesses do Estado e jamais os da pessoa.

Arendt enxergou no terror totalitário, a natureza do regime e, na ideologia, um governo que pretendeu e conseguiu dominar o homem totalmente, tanto na vida

⁴ <<http://etimologias.dechile.net/?totalitarismo>>. Acesso em 02/08/2016.

pública quanto na privada. Para a autora o totalitarismo nada mais é do que uma forma inédita de governo apoiada na ideologia e no terror e caracterizada pela ubiquidade do medo.

Antes de adentrarmos nas questões relativas à ideologia e ao terror, vale realizarmos uma breve reflexão acerca do medo, considerando que este se faz onipresente em todo o regime totalitário stalinista, além de ser utilizado como ferramenta de domínio do ser humano.

2.1 Medo

O medo é um sentimento natural experienciado por todo gênero humano. Trata-se de um estado emocional que surge em resposta à consciência perante uma situação de perigo real ou imaginário. Pode ter origem fundamentada ou irracional. Tal sentimento invade e se incrusta no sujeito, podendo roubar-lhe a capacidade cognitiva de análise da realidade ou servir como mecanismo de busca pela sobrevivência. Dessa forma, diante do medo, o sujeito pode paralisar-se, fugir ou enfrentá-lo. Bauman afirma que o medo nada mais é do que o medo do desconhecido: “o que não somos capazes de administrar nos é desconhecido, o desconhecido é assustador. Medo é o outro nome que damos à nossa indefensabilidade” (BAUMAN, 2008, p. 125), já para o filósofo alemão Martin Heidegger, o medo provoca insegurança, leva o sujeito a se deixar guiar pelos outros e pelas circunstâncias, gerando uma alienação de si mesmo.

Durante o regime totalitário stalinista o medo não se afigura de forma irracional ou infundada, em que pese o fato de suas consequências serem, até certo ponto, desconhecidas para o povo, pois a genuína comunicação havia sido rompida, não se sabia quem era o outro e nele não se podia confiar. Daí a submissão, a passividade e o silenciamento. Nessa atmosfera construiu-se um mundo de pensamentos privados cuidadosamente ocultados da visão pública caracterizada pelo regime vigente.

Sabe-se, contudo, que vários cidadãos foram torturados física e emocionalmente, sendo expulsos de suas casas, compelidos ao trabalho forçado e até mortos. Isto gerou profundas e devastadoras cicatrizes psicológicas. Assim, o

medo foi elevado ao seu extremo independentemente do que se possa ter, ou não, feito de errado. Isto fez com que o medo perdesse a sua utilidade uma vez que não mais contribuía para evitar o perigo, transformando-se em terror total.

2.2 Ideologia e terror

No mundo totalitário, a ideologia é o instrumento essencial para explicar absoluta e inteiramente o curso da História. A ideologia e sua disseminação é que vão possibilitar a existência dos campos de mortes como algo normal e desejável. Arendt ressalta a importância da ideologia para caracterização dos regimes totalitários. É categórica ao afirmar que a ideologia não se reduz à falsa consciência, à percepção equivocada determinada pelos interesses hegemônicos. Para ela o reino da ideologia é o reino da ficção, no qual o mundo real é fabricado e não o futuro das experiências vividas espontaneamente. De acordo com a autora a ideologia articula a ficção e a fabricação da vida. Como doutrina, explica tudo; como propaganda, realiza-se na prática por meio das organizações e, hoje, ousamos acrescentar a mídia. Por meio da ideologia é possível o cálculo e o controle do real a partir da ficção. Ideologia é sinônimo de doutrina, mas também de disciplina. O totalitarismo é o regime das massas solitárias organizadas ideologicamente.

Simultaneamente a ideologia emprega-se o terror, essência do regime totalitário. Ademais, o terror é um meio usado para intimidar e para persuadir as pessoas por meio do medo e da morte. O terror totalitário é organizado fora da lei, já que é exercido, em muitos casos, para derrubar totalmente os limites da lei que garantem a liberdade humana e só chega ao fim nos governos totalitários, quando as pessoas são completamente dominadas e quando não há mais oposições. Nesse sentido, Arendt (2012) afirma:

O terror genuinamente totalitário aparece apenas quando o regime não tem mais inimigos a perder e torturar até a morte, e quando as várias classes de suspeitos forem eliminadas e não podem mais ficar sob a “prisão preventiva” (ARENDT, 2012, p. 321).

Assim, percebe-se que o terror é a lei em movimento, tendo como objetivo primordial eliminar a liberdade que está no nascimento do homem e na sua criatividade. Além disso, ele propaga-se pela humanidade sem que se possa impedi-

lo. Desta maneira o regime stalinista escolheu suas vítimas, seus inimigos e usou o terror como ferramenta para eliminá-los. No Governo Totalitário o terror tornou-se legal quando a lei passa a ser a lei do movimento, seja da natureza ou da História.

Ainda segundo Arendt

O terror, como execução da lei de um movimento cujo fim ulterior não é o bem-estar dos homens nem o interesse de um homem, mas a fabricação da humanidade, ele elimina os indivíduos pelo bem da espécie, sacrifica as “partes” em benefício de “todo”. A força sobre-humana da Natureza ou da História tem seu próprio começo e o seu próprio fim, de sorte que só pode ser retardada pelo novo começo e pelo fim individual que é, na verdade, a vida de cada homem. (ARENDT, 2012, p. 618)

O Governo Totalitário Stalinista, por intermédio do terror, conseguiu retirar dos indivíduos russos o direito à liberdade e à liberdade política, que é o direito que o homem tem de se encontrar num espaço público e de discutir problemas das sociedades em que vive. Ademais, colocou o homem contra o outro e destruiu o espaço comum entre eles, além de escolher suas vítimas e, inclusive, seus algozes. Segundo Arendt, o sistema totalitário, mediado por sua ideologia, tinha como princípio preparar seus subordinados e suas vítimas a se ajustarem em seus papéis. Por intermédio do medo, o governo totalitário provoca o isolamento entre os homens porque o homem isolado é impotente por definição porque sozinho ele não consegue fazer nada.

Para a filósofa, as ideologias pretendem conhecer os mistérios, os segredos do passado, as complicações do presente e as incertezas do futuro. Consequentemente, o pensamento ideológico tem três elementos que são especificamente totalitários.

Em primeiro lugar, na pretensão de explicação total, as ideologias têm a tendência de analisar não o que é, mas o que vem a ser, o que nasce e passa. Em todos os casos, elas estão preocupadas unicamente com o elemento de movimento, isto é, a história no sentido corrente da palavra. As ideologias sempre se orientam na direção da história, mesmo quando, como no caso do racismo, parecem partir da premissa da natureza; nesse caso, a natureza serve apenas para explicar as questões históricas e reduzi-las a elementos da natureza. Em segundo lugar, o pensamento ideológico, nessa capacidade, liberta-se de toda experiência da qual não possa aprender nada de novo, mesmo que se trate de algo que acaba de acontecer. Assim, o pensamento ideológico emancipa-se da realidade que percebemos com os nossos sentidos e insiste numa realidade “mais verdadeira” que se esconde por trás de todas as coisas perceptíveis, que as domina a partir desse esconderijo e exige um sexto sentido para que possamos percebê-la. Em terceiro lugar, como as ideologias não têm o poder de transformar a realidade, conseguem libertar o pensamento da experiência por meio de certos métodos de demonstrações. O pensamento ideológico arruma os fatos sob a forma de um processo absolutamente lógico, que se inicia a

partir de uma premissa aceita axiomáticamente, tudo mais sendo deduzido dela; isto é, age com uma coerência que não existe em parte alguma no terreno da realidade (ARENDT, 2012, p. 627, 628).

O Governo totalitário tem a tendência de transformar a realidade em ficção e usar sua ideologia como “arma” para conseguir atingir o objetivo desejado. Para Hannah Arendt (2012), Stalin foi um dos maiores ideólogos totalitários, no entanto ele só conseguiu alcançar seus objetivos, devido ao apoio e também ao isolamento do povo. Esses dois fatores levam a impotência que é solo fértil para reinar o terror.

Dessa forma, o medo, o terror e a ideologia configuram-se como elementos essenciais dos regimes totalitários, em especial do stalinismo cuja expressão máxima foi evidenciada nos campos de concentração e extermínio, único local onde se verificou a dominação total do ser humano. Por isso, na perspectiva arendtiana, os campos de concentração são vistos como laboratórios do totalitarismo.

2.3 Os campos de concentração e seu funcionamento

Mais do que exterminar os homens, o objetivo central dos campos de concentração era exterminar a natureza humana, ou seja, transformar o homem em coisa, eliminando qualquer forma de espontaneidade e de liberdade. Assim Figes (2007) ilustra esta afirmação:

Era muito difícil para as pessoas que retornavam de os campos de trabalho restabelecerem relações com os parentes. Após vivendo no Gulag, que tipo de “vida familiar normal” elas poderiam ter esperanças de levar? Não havia aconselhamento nem psicanálise para elas, nenhum auxílio para seus transtornos físicos e comportamentais, nem sequer reconhecimento dos traumas pelos quais haviam passado. Ao mesmo tempo, os que retornavam muitas vezes não tinham muito conhecimento da tensão sob a qual suas famílias haviam vivido ou sobre os horrores que tinham sofrido durante aqueles anos. As pessoas, de ambos os lados – as que haviam retornado dos campos e as que tinham permanecido em casa – sentiam-se rejeitadas e distantes (FIGES, 2007, p. 623).

Arendt (2012) fala sobre a impossibilidade de compreensão do funcionamento dos campos de concentração, pois condenará o uso de paralelos para explicá-los. Muitos horrores ali cometidos são inimagináveis, e situam-se fora

da vida e da morte, pois estes produzem seres humanos que, na verdade, são, nas palavras da filósofa, “mortos-vivos”, e, por isso, invalidam toda e qualquer analogia.

Assim, toda e qualquer comparação cria confusão e desvia a atenção do que é essencial. O trabalho forçado nas prisões e colônias penais, o banimento, a escravidão, todos parecem, por um instante, oferecer possibilidades de comparação, mas um exame mais cuidadoso não leva a parte alguma (ARENDT, 2012 p. 589).

Nesses ambientes, as pessoas possuem valor definido (nem que seja comercial), ainda são considerados seres humanos, e nem há domínio total. Todavia nos campos de concentração, os indivíduos que lá estão não detêm nenhuma dessas garantias, os internos são completamente supérfluos, parecem nem mesmo existir.

A impossibilidade de comparação se mostra ainda mais clara quando se percebe o fato de que os campos de concentração não possuíam qualquer valor utilitário. Não rendiam qualquer lucro do ponto de vista econômico ao estado totalitário. A verdadeira destinação dos campos de concentração: a de não servirem para coisa alguma, senão para a destruição da liberdade; e a de não gerarem produto final algum, a não ser uma pilha de cadáveres.

Arendt (2012) identifica pelo menos três tipos de mortes do indivíduo nos campos de concentração do regime totalitário, quais sejam: a morte jurídica, a morte moral e a destruição da individualidade.

2.3.1 Morte Jurídica

O primeiro momento da transformação dos indivíduos em cadáveres vivos é a morte da pessoa jurídica do homem. Dá-se com a perda dos direitos civis na privação de sua nacionalidade e, ainda, com a criação de um sistema de punição que não é, necessariamente, vinculado à boa ou à má conduta do sujeito. A desnacionalização em massa ocorrida após a Primeira Guerra Mundial fez com que milhares de pessoas se tornassem inexistentes perante a lei de qualquer país; tais pessoas foram privadas de ter direitos, deixaram de existir judicialmente.

As duas grandes guerras provocaram uma explosão que dilacerou comunidade dos países europeus, como nenhuma outra guerra havia feito antes, assegura Orlando Figes (1999), em sua obra, *A tragédia de um povo*. Arendt (2012) acrescenta que a inflação inteiramente descontrolada, o desemprego em proporções gigantescas e o grande deslocamento das massas, sem-terra e sem cidadania, fizeram com que milhares de indivíduos experimentassem um sentimento de profunda superfluidade e de crescente desenraizamento de um mundo comum.

Os indivíduos, apátridas e refugiados, em número cada vez maior, foram subitamente excluídos de uma proteção legal. Tornaram-se destituídos de todos os laços e interesse comuns; desprovidos de um lugar no mundo, sem uma estrutura institucional politicamente organizada e sem um governo nacional disposto a garantir seus direitos, a instaurar seus interesses e a assegurar a relevância da ação e do discurso. Nessa medida, para Arendt o extermínio do cidadão russo, consequência do regime totalitário stalinista, expressa esse processo de crescente superfluidade dos indivíduos modernos no período situado entre as duas grandes guerras mundiais. O direito à vida foi o último do qual o povo russo se viu privado, antes disso os comunistas retiraram toda proteção legal, apartando-os do mundo comum e acomodando-os em campos de concentração para certificarem se algum governo nacional reclamaria por eles.

Manifesta-se digno de consideração o fato de esses indivíduos modernos, refugiados e apátridas, assim como os internados em campos de concentração, não perderam simplesmente seus “direitos naturais”, aqueles que “são concedidos até aos selvagens”, o que eles perderam, pode-se dizer concretamente, foi à própria

humanidade por terem sido destituídos de seus “direitos nacionais”, por terem perdida a condição de cidadãos pertencentes a uma comunidade política. Eles viram que a “nudez abstrata de serem apenas humanos era o maior risco que corriam” (ARENDT, 2012, p. 333), pois os “Direitos do Homem” foram concebidos como inalienáveis, recebidos por nascimento e verdades evidentes por si mesmas, devido ao pressuposto de que haveria uma “natureza humana” que se aplicaria ao “Homem” considerado no singular. No entanto, esses homens constataram que não existiam “Direitos Humanos” dados por natureza e assegurados para além da cidadania concedida e garantida por uma pluralidade humana politicamente organizada.

Essas experiências de superfluidade e desenraizamento de milhões de cidadãos demonstram claramente que a “nudez abstrata” da “natureza humana” não pode ser a base de sustentação para instauração do mundo jurídico e político. A redução do homem a um mero membro de sua espécie acaba por destruir o caráter humano e comum do mundo ou, em uma palavra, sua dimensão política. Vale dizer que esse reducionismo acabou destituindo os homens da sua condição de fabricantes do mundo humano em sua artificialidade constitutiva. Para Arendt, a perda radical da proteção de uma comunidade política organizada, que acabou por expulsar milhões de pessoas da legalidade, foi um fenômeno tão sem precedentes quanto à perda de um âmbito próprio no mundo.

Em outra obra, *A condição humana*, Arendt (2001) sustenta que não foi a proteção legal a primeira perda sofrida pelos russos, mas a perda da textura mundana da existência, na qual os indivíduos russos nasceram e criaram para si um lugar no mundo. Diante desse contexto, a calamidade se manifesta nas migrações em massa e no desenraizamento de apátridas e refugiados, o que não é uma circunstância inteiramente inédita na história. O que a autora aponta como sem precedentes não é a mera perda do lar, mas a impossibilidade de encontrar um novo lugar no mundo, para o qual esses indivíduos pudessem ir sem as mais severas restrições, um país onde pudessem ser assimilados, e um território para fundar um mundo comum e político.

Essa experiência somada à nova situação política mundial, fez a sociedade soviética refletir sobre a própria condição humana. Para Arendt (2012), apesar da perda dos direitos, os indivíduos russos não perderam a qualidade de

continuarem sendo apenas humanos o que significa dizer que os Direitos do Homem podem ser concebidos (mesmo que não sejam usufruídos) ainda que haja uma só pessoa no mundo. A perda dos “direitos humanos” não acarreta uma perda absoluta de todos os direitos. Estes podem ser concebidos mesmo sob condições de privação de direitos.

Assim sendo, não é um mero acaso ser a novidade dos regimes totalitários a organização das massas supérfluas para objetivos finais que revelavam um profundo desprezo por toda pluralidade, individualidade e nacionalidade. Os movimentos totalitários corresponderam às necessidades das massas que perderam um lugar no mundo. Sem esse lugar, essa parcela estava devidamente preparada a ser reintegrada à sociedade por meio de forças imutáveis e previsíveis que conduziam a humanidade para seu destino histórico ou natural, independente do interesse individual ou coletivo.

Por isso, um elemento envolvido diretamente com o regime totalitário stalinista que Arendt (2012, p. 355) considera “muito perturbador” é o fato desse regime ter contado com a plena confiança e com o apoio independente e espontâneo do cidadão russo. A autora considera espantosa a extrema colaboração e altruísmo dos adeptos do regime stalinista quando se tornam eles próprios às vítimas da opressão, quando são expulsos do partido, condenados e enviados para os campos de concentração ou de trabalhos forçados.

Nesse contexto, a destruição jurídica se aprofundou no sistema “concentracionario”, no qual a maioria dos internos nada fez para que lá estivesse. Esta era uma característica essencial dos campos: geralmente as vítimas eram pessoas inocentes, não pagavam por um crime cometido, estavam ali, simplesmente, porque foram enquadradas, de modo arbitrário, no conceito de inimigo objetivo. Os inimigos objetivos eram determinados não porque ofereciam um risco real ao Estado, mas por serem como um grupo de pessoas com certas tendências que poderiam atrapalhar o movimento das leis da história ou da natureza. O grupo de pessoas que se enquadra nesse conceito é mudado de tempos em tempos, de acordo com a conjuntura do momento. Esse sistema aleatório tem como objetivo final destruir os direitos civis da população, possibilitando a onipresença do medo e permitindo, no fim, a dominação total.

2.3.2 Morte Moral

No que tange a morte moral do indivíduo soviético no clivo do totalitarismo, a filósofa política Hannah Arendt (2012) reconhece que este sistema de dominação possui características particulares, diante das quais escapa e se distancia do *modus* operante de outros sistemas políticos culturais de poder já existentes na história da humanidade, ela distingue que o totalitarismo salta a compreensão do senso comum individual perpassando ao pensar coletivo, nutrido na cultura e na tradição.

Deste modo, ao tentar compreender a morte totalitária, esta perpassa o entendimento da extinção do corpo físico, partindo para a escala moral. Segundo Arendt, a morte no regime totalitário stalinista pode ser definida como uma questão mais densa e transtornante, sobre a qual “é preciso compreender que a psique humana pode mesmo ser destruída sem a destruição física do homem”. (ARENDT, 1989 p.491).

A denominada morte moral da pessoa é um aniquilamento da psique humana, que dilui a pessoa humana, destrói seu caráter e individualidade, resultando no aparecimento de homens inertes e massacráveis, os quais se guarda e transpassam as mesmas qualidades e seja na posição de algozes ou de vítimas, com isso comungam de uma mesma alienação, havendo uma confusão do homem com seu próprio “eu, ” ora vítima, ora perseguidor, um insano em um “asilo de loucos” (ARENDT, 2008 p.269).

A morte moral do homem é o mais doloroso ato deste regime, uma vez os sentidos se perdem, a solidão é presente neste processo de dor, em que pese o fato deste indivíduo está cercado por outros homens. Ele se esquece de si e também do outro, se esquece da tortura, perde o senso de integridade. O corpo ali existe, porém, um dos objetivos com relação à morte é a manipulação do corpo humano com suas infinitas possibilidades de dor de forma a fazê-lo destruir a pessoa humana, a inercia é regra neste processo de morte.

Em decorrência, a morte totalitária em suas vertentes jurídica e moral, sujeita o homem ao estado de animalidade, último vestígio de sua individualidade. O niilismo toma conta do homem na morte moral, de modo que a ruína da individualidade corresponde à destruição do próprio “Eu”. Não há traço de resistência, o homem não é capaz de criar algo novo, está ali para cumprir seu

martírio sobre a terra devastada do seu ser, que já não existe mais.

O processo de dominação total do ser humano pretendido pelo totalitarismo consistiu na morte da pessoa moral do homem. Isso deu pelo anonimato dado à própria morte. Não existem mais mártires ou heróis, a solidariedade humana e a resistência foram exterminadas. Após morto, o indivíduo cai em completo esquecimento, deixa de existir: “a morte apenas selava o fato de que ele jamais havia existido” (ARENDT, 2012, p. 600).

A moral é invertida, pois o mandamento deixou de ser “não matarás” e passou a dizer “matarás”. Segundo Arendt “a antiga bestialidade espontânea cedeu lugar a destruição absolutamente fria e sistemática de corpos, calculada para aniquilar a dignidade humana” (ARENDT, 2012, p. 602). Os próprios internos eram colocados para trabalhar no processo de extermínio, sendo forçados a agir como assassinos. Nas palavras de Arendt não há mais limites entre vítimas e assassinos, detentos e carrascos. O totalitarismo torna todos os homens iguais.

2.3.3 Morte da individualidade

Por fim, matou-se a individualidade e, portanto a espontaneidade do homem. Isso foi feito por meio de manipulação do corpo humano com a finalidade de destruir os vestígios de singularidade: condições precárias de transporte para os campos, uniformização, raspagem dos cabelos, métodos de tortura, entre outras. A destruição fria e sistemática dos corpos de pessoas inteiramente normais era realizada por pessoas também normais, treinadas para serem algozes que atingiam a perfeição. A morte da individualidade acarreta a destruição da espontaneidade,

a capacidade do homem de iniciar algo de novo com os seus próprios recursos. Morta à individualidade, nada resta senão horíveis marionetes com rosto de homem, todas reagindo com perfeita previsibilidade mesmo quando marcham para a morte (ARENDT, 2012, p.603).

Sabendo que a individualidade e a espontaneidade são sérios obstáculos ao totalitarismo, pois a imprevisibilidade impede o domínio total do ser humano, entende-se por que os campos de concentração são a instituição central do governo totalitário. Nessas fábricas de morte criam-se os súditos perfeitos para o sistema totalitário: os homens totalmente supérfluos. “O totalitarismo não procura o domínio

despótico dos homens, mas, sim, um sistema em que os homens sejam supérfluos" (ARENDT, 2012, p. 605).

A convicção totalitária diz que tudo é possível; mas, na verdade, demonstrou que tudo pode ser destruído, inclusive a natureza humana. A deformação da natureza é o grande mal totalitário, maior que todos os outros horrores causados por essa forma de governo. Para Arendt (2012, p. 608) “a questão não está no sofrimento, o qual sempre houve demasiado na terra, nem no número de vítimas”, o que está em jogo é a natureza humana em si. O Governo totalitário destruiu o direito do povo de pertencer a este mundo.

O regime totalitário stalinista manifesta ser um projeto de domínio total, justamente quando a qualidade de “ser humano” é destruída, fazendo com que a cumplicidade organizada de todos os homens nos crimes totalitários seja estendida às suas próprias vítimas, transformadas em verdadeiros “animais humanos”. A desumanização totalitária destrói a individualidade dos homens transformando-os em “horríveis marionetes com rostos de homem, todas com o mesmo comportamento do cão de Pavlov, todas reagindo com perfeita previsibilidade mesmo quando marcham para a morte” (ARENDT, 2012, p. 506).

Recorrendo à metáfora das marionetes que se comportam como o cão de Palov, Arendt procura mostrar o protótipo do cidadão modelo que o Estado totalitário desejou fabricar. Os campos de concentração e extermínio são justamente os locais de testes dessa “fabricação da humanidade”.

Desse modo, à luz dos estudos de Arendt acerca dos horrores do totalitarismo, pode-se afirmar que o propósito primordial do regime totalitário stalinista era matar a pessoa jurídica do homem, e enterrar a pessoa moral e por último destruir a individualidade e, então, instaurar e organizar as condições necessárias para que os indivíduos russos se tornassem absolutamente supérfluos e desprovidos do mundo em que viviam.

O domínio total da pessoa humana somente foi possível devido a sujeição dos indivíduos. Esse regime de poder contava com a participação dos homens que tiveram sua pessoa jurídica e moral destruída, sendo reduzidos a simples marionetes, de reflexos condicionados a atividades funcionais.

Por mais que possa parecer utópico, esse regime através de sua

ideologia construiu um tipo de ser que escapa à compreensão e experiência, humanas ou seja, um insano aprisionado em sua desmoralização.

3 ANÁLISE DOS RELATOS NA OBRA DE FIGES

O presente capítulo tem como objetivo primordial fazer uma análise das conversas de famílias russas que foram violentamente reprimidas durante o regime totalitário stalinista. Tais relatos estão contidos na obra de Orlando Figes (2007) *Sussurros: A Vida Privada na Rússia de Stalin*, tendo como aporte teórico o pensamento da filósofa política Hannah Arendt (2012) na sua intitulada obra *As Origens do Totalitarismo*.

Antes de analisarmos esses relatos citados por Orlando Figes (2007), vale ressaltar a importância da significação do silêncio no sentido de contribuir para assegurar o aniquilamento da dignidade humana.

3.1 A importância do silêncio no regime totalitário stalinista

Por não atenderem os interesses do governo Stalinista, muitos indivíduos mergulharam na esfera do silêncio, fazendo uso dele como estratégia de sobrevivência e de protesto, agindo em sentido contrário à ideologia do regime vigente.

Vale dizer que a humanidade deu mais valor à palavra e à voz do que ao silêncio, que para muitos, equivale à carência de algo, pois o importante mesmo é falar. Esse entendimento se deve à necessidade de o ser humano se expressar; contudo, não se pode olvidar, conforme assinala Orlandi (2012) que o silêncio também representa uma forma de comunicação entre os seres humanos. Em certas situações, o silêncio é muito mais poderoso do que a própria fala.

Ainda de acordo com Orlandi (2012), o homem, ao proferir palavras, fica preso ao seu significado, como se o seu pensamento estivesse engaiolado. Por outro lado, ao deixar de emitir a voz, faz a imaginação se revelar, já que o silêncio pode significar diversas coisas, tanto para o emissor que deixou de pronunciar a palavra, quanto para o receptor, que deixou de ouvir- lá. Com efeito, Clarice Lispector, em sua obra “Água Viva”, incomoda-se com a impossibilidade de significação da palavra dita: “Ouve-me, Ouve o silêncio. O que te falo nunca é o que eu te falo e sim outra coisa” (LISPECTOR, 1998, p. 14).

O silêncio é uma forma de linguagem que permite a compreensão do contexto, a inserção na realidade em que se vive, com possibilidade de se validar a identidade da sociedade. A linguagem não é transparente nem neutra, e o silêncio se evidencia como possibilidade do discurso à medida que forma e determina padrões de funcionamento de um sistema social. Mudanças e permanências se cruzam indistintamente no silêncio. O silêncio não é um mero complemento da linguagem, ele tem significância própria; ou seja, “o silêncio não é o vazio, ao contrário, ele é o indício de uma instância significativa” (ORLANDI, 2011, p.15).

O silêncio é, pois, um mediador entre a linguagem, o mundo e o pensamento. Ele resiste à pressão de controle exercida pela urgência da linguagem e tem outros significados. *A comunicação também se faz por intermédio do silêncio.* “O silêncio é, assim, a “respiração” (fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido se faça” (ORLANDI, 2012, p.13).

O regime totalitário stalinista em especial o período do Grande Terror (1937-1938), efetivamente silenciou parte da população russa. Nesse período, os indivíduos russos foram educados a construir a cultura do silêncio, ressalta Fíges

(2007), pois o regime totalitário utilizava, nas propagandas, o medo como símbolo e como instrumento de dominação. Não havia voz para uma estabilidade social e política. Tal fato não interessava à Rússia stalinista.

Neste ponto, cabe adentrarmos nos relatos dos indivíduos russos, registrados por Figes (2007, p. 25), para entender como se dava a destruição da individualidade do sujeito, bem como as estratégias de sobrevivência normalmente obtidas pelo silenciamento, pelas mentiras, amizades, traições, pelas concessões e acomodações morais.

3.2 Análise dos relatos

A seguir, serão apresentados, a partir da obra de Figes (2007), os relatos de russos que foram vítimas diretas ou indiretas do Regime Totalitário Stalinista. Serão quatro relatos, em todos há a participação de Figes, que apresenta as circunstâncias em que os acontecimentos ocorreram, em seguida, ela passa a voz à relatora ou ao relator.

3.2.1 Relato de Nº 01: (FIGES, 2007, p. 372- 374)

Julia foi presa em 27 de outubro de 1938. Tinha 39 anos. Seu diário foi confiscado e utilizado como prova para condená-la por conspirar com o marido contra o governo. Enviaram-na para o campo de trabalhos de Kandalaksha, na região de Murmansk, no extremo norte. [...]

Em março de 1939, Julia foi delatada por outros três operários da Niva-GES, que alegaram que ela teria dito que o marido fora preso injustamente, que era inocente e que considerava Stalin inadequado para o papel de líder do proletariado. Condenada por agitação antissoviética, Julia foi sentenciada a cinco anos no campo de trabalhos de Karaganda, no Cazaquistão. [...]

Em 1958, Igor, filho de Julia, recebeu a visita de uma velha conhecida da família, chamada Zina, que vira sua mãe no campo de Karaganda. Em 1986, Igor recebeu outra visita de Zina, que estava com 80 anos. Zina

dissera a Igor que em dezembro de 1940, Zina fora procurar Julia no campo de Karaganda. Ninguém queria dizer onde estava, até que uma mulher apontou para um estábulo de ovelhas na estepe e disse que ela poderia ser encontrada ali. Zina entrou no estábulo. Julia estava cercada pelas ovelhas, deitada no chão congelante:

Ela estava morrendo, todo seu corpo estava inchado de febre, ela estava fervendo e tremia. As ovelhas mantinham a guarda em torno dela, mas não ofereciam nenhum abrigo do vento e da neve, que formava montes no chão. Abaixei-me ao seu lado, ela tentou levantar o corpo, mas não tinha forças. Peguei sua mão e tentei aquecê-la com minha respiração. “Quem é você? ”, perguntou ela. Eu disse meu nome e falei apenas que vinha a seu pedido, que você me havia pedido para encontrá-la.... Como ela se agitou: “ Igor-me garoto”, sussurrou através dos lábios congelados. “Meu garotinho, ajude-o, imploro a você, ajude-o a sobreviver. ” Acalmei-a e prometi cuidar de você, como se tal coisa dependesse de mim. “Dê-me sua palavra”, sussurrou Julia. “Não diga a ele que sua mãe morreu. Dê-me sua palavra”.... Ela estava em um estado semidelirante. Agachei-me ao lado dela e prometi. Então, atrás de mim, um guarda gritou: “De onde você veio? Como chegou aqui? ” O guarda me agarrou e arrastou-me para fora do estábulo. “Quem é você? ” Expliquei que tinha vindo como líder da seção para uma oficina de ferramentas e encontrara a mulher por acidente. Mas fui detida. Disseram-me que não falasse nada sobre o que tinha visto: “Cale a boca e não fale nada!” Julia morreu no estábulo. Ela havia sido deixada lá quando adoecera, e ninguém tinha permissão para visitá-la. Foi enterrada onde morreu.

A partir do relato acima, percebe-se que os prisioneiros, durante o regime totalitário stalinista, perderam, por completo, a própria essência da dignidade da vida humana, em decorrência da humilhante condição a que foram submetidos, ou seja, perderam a capacidade de reagir, de indignarem-se e até mesmo de expressar seu pavor. No relato, vê-se três pessoas em evidência, o guarda e há, ainda, as marcas de linguagem que, difusamente, sugerem a existência de outras, conforme se observa em: “disseram-me” e “ninguém”. O silêncio no relato pode ser explicado tanto como um “recurso necessário”, como se verifica em: “Ninguém queria dizer onde estava” e “cale a boca e não fale nada!”. De fato, Zina calou-se mais do que devia, pois temia o regime. O doloroso encontro com Júlia ocorrera em 1940, em 1958 Zina se encontra com Igor e este sabe apenas que ela conhecera a sua mãe na prisão, Só em 1986 Zina, já com oitenta anos, finalmente rompe o silêncio. “No entanto, o instinto me dizia que as pessoas mais velhas, como um todo, guardariam seus

pensamentos e sentimentos para si até terem certeza de que os comunistas não voltariam mais, e isso poderá levar muitos anos” (FIGES, 2007, p. 733).

Nos campos de concentração, os presos tornaram-se seres autômatos do regime Stalinista. Do ponto de vista de Hannah Arendt (2012), os campos de concentração e de extermínio do regime eram verdadeiros “laboratórios” do terror totalitário, cujo objetivo era a dominação total do ser humano, mediante torturas que, a princípio, não causavam a morte, mas transformavam a vítima em um conjunto de reações previsíveis e mecânicas.

Ela estava morrendo, todo seu corpo estava inchado de febre, ela estava fervendo e tremia. Sussurrou através dos lábios congelados.

“Quem é você?”, perguntou ela. Eu disse meu nome e falei apenas que vinha a seu pedido, que você me havia pedido para encontrá-la... Como ela se agitou: “Igor- meu garoto”, sussurrou através dos lábios congelados. “Meu garotinho, ajude-o, imploro a você, ajude-o a sobreviver.” Acalmei-a e prometi cuidar de você, como se tal coisa dependesse de mim. “Dê-me sua palavra”, sussurrou Julia. “Não diga a ele que sua mãe morreu. Dê-me sua palavra”... Ela estava em um estado semidelirante. (FIGES, 2010, p. 374).

Arendt (2012) afirma que o indivíduo desprovido de sua qualidade de sujeito de direito, não gozando de qualquer proteção jurídica, fica simplesmente reduzido a uma existência meramente biológica, em um espaço de exceção, que é o campo de concentração. Assim Júlia passou por sucessivas mortes, até chegar à morte física.

3.2.2 Relato de Nº 02: (FIGES, 2007, p.)

Quando seu pai foi preso como “trotskista”, Vera Turkina não sabia em quem acreditar. A mãe e a avó de Vera aceitaram a culpa de Aleksandr. Havia relatos na imprensa soviética sobre as atividades criminosas do pai, um bolchevique conhecido em Perm. Onde quer que fosse, Vera ouvia pessoas sussurrando sobre ela, filha de um “inimigo do povo”, por suas costas. “Meu pai virou fonte de vergonha”, recordou Vera. Diziam-me que,

se fora preso, devia ser culpado de algo. “Onde há fumaça, há fogo”, diziam. Quando minha mãe foi ao escritório do NKVD perguntar sobre meu pai, disseram-lhe: “Espere e veja, ele confessará tudo.” Também presumi que fosse culpado. No que mais poderia acreditar?

Segundo o historiador Orlando Figes (2007), quando um pai de família era preso, todos no espaço familiar tornavam-se suspeitos, pois a prisão do pai inevitavelmente levava à possibilidade de o mesmo ocorrer com todos os outros membros da família, a menos que o denunciassem. Hannah Arendt (2012) corrobora essa linha de pensamento.

A atomização na sociedade soviética foi conseguida pelo habilidoso uso de expurgos e prisões, que invariavelmente precediam o verdadeiro extermínio de um grupo. A fim de destruir todas as conexões sociais e familiares, os expurgos e as prisões eram conduzidos de modo a ameaçarem com o mesmo destino o acusado e todas as suas relações, desde meros conhecidos até os parentes e amigos íntimos. A “culpa por associação” é uma invenção engenhosa e simples; logo que um homem é acusado, os seus antigos amigos se transformam nos mais amargos inimigos: para salvar a própria pele, prestam informações e acorrem com denúncias que “corroboram” provas inexistentes, a única maneira que encontram de demonstrarem a sua própria fidelidade. (ARENDT, 2012, p.453).

À luz do pensamento de Hannah Arendt (2012), é necessário entender que a confiança e a solidariedade que mantinham unidas as famílias, em especial a de Vera Turkina, foram enfraquecidas pelo regime de terror. Esposas e maridos duvidavam um dos outros. De modo geral, as ligações entre pais e filhos eram os primeiros laços familiares desfeitos. No relato acima, observa-se que a mãe e a avó de Vera Turkina aceitaram a culpa de Aleksandr. Ou fingiram aceitar, por questão de sobrevivência. É notável que Turkina sabia que a mãe fora buscar informações sobre o marido, o que sinaliza a possibilidade de ela não ter aceito a sua culpa.

A afirmação de Arendt (2012) de que os amigos se transformam em inimigos e que a associação compromete aqueles que, de alguma forma, relacionava-se com o “culpado” encontra guarida no relato de Vera Turkina, quando ela diz que *ouvia pessoas sussurrando sobre ela, filha de um “inimigo do povo”, por*

suas costas, “Meu pai virou fonte de vergonha”, diziam-me que, se fora preso, devia ser culpado de algo. “Onde há fumaça, há fogo”. Isso evidencia que nenhum conhecido queria demonstrar aproximação de qualquer natureza com o seu pai.

Estigmatizada como a filha de um “inimigo do povo”, Vera Turkina carregava o peso de uma biografia comprometedora que havia herdado da família e agora era obrigada a encontrar um caminho dentro do sistema soviético. Assim ela passou a viver no limbo entre o sistema soviético e seus “inimigos”, constantemente dividida entre lealdades competitivas e impulsos contraditórios.

Hannah Arendt (2012) afirma que a primeira perda que sofreram essas classes de pessoas privadas de direito não foi a da proteção legal, mas a perda dos seus lares, o que significava perder toda a textura social na qual haviam nascido e criados para si um lugar peculiar no mundo. Não por acaso, Vera Turkina deixara de acreditar na sua mãe, na sua avó e na inocência do próprio pai. Já não podia acreditar em ninguém.

Vê-se assim que Turkina perde a própria identidade. Para Hall (2006, p. 11) não há uma identidade única e definida *a priori*, pois esta é formada na relação entre os sujeitos vistos como mediadores de “valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. ” Até a prisão do pai, havia pessoas de confiança e/ou significativas na relação de Turkina consigo mesma e com o mundo. A partir da prisão do pai ela perde o chão em que pisa e também a si mesma, pois já não há em quem confiar, o outro da relação está perdido. Vale aqui resgatar Arendt (2012) quando fala que “destruir a individualidade é destruir a espontaneidade, a capacidade do homem de iniciar algo novo com seus próprios recursos, algo que não possa ser explicado à base de reação ao ambiente e aos fatos” (ARENDT, 2012, p. 603).

3.2.3 Relato de Nº 03: (FIGES, 2007, p. 356-357)

Quando Sofia Antonov-Ovseyenko foi presa na estância de Sukhumi, no mar Negro, em 14 de outubro de 1937, ela não sabia que seu marido, Vladimir, havia sido preso três dias antes em Moscou. Vladimir era o segundo marido de Sofia, assim como Sofia era sua segunda esposa. O casal havia se conhecido em Praga, em 1927, quando Vladimir, um bolchevique veterano que liderara a invasão do Palácio de Inverno em outubro de 1917, era o embaixador soviético na Tchecoslováquia (posteriormente, foi embaixador na Polônia e na Espanha). Em 1937, quando Vladimir foi chamado de volta a Moscou para assumir o cargo de comissário de justiça, o casal ainda estava muito apaixonado, mas a prisão de Sofia fez com que tudo ficasse sob suspeita. Depois de ser presa, Sofia foi levada de volta a Moscou. De sua cela, escreveu para Vladimir, implorando ao marido que acreditasse em sua inocência. Sofia não sabia que ele leria a carta em uma cela em outra prisão de Moscou. Moscou]. 16/X. Prisão.

Meu querido. Não sei se receberá esta carta. No entanto, de algum modo, sinto que estou lhe escrevendo pela última vez. Lembra-se de como sempre dissemos que quando alguém era preso em nosso país, era por um bom motivo, por algum crime - ou seja, por algo? Sem dúvida, também existe algo em meu caso, mas não sei o quê. Tudo o que eu sei, você também sabe, porque nossas vidas têm sido inseparáveis e harmoniosas. Não importa o que aconteça comigo agora, sempre serei grata pelo dia em que nos conhecemos. Vivi sob a luz de sua glória, e com orgulho. Durante os últimos três dias, tenho repensado minha vida, preparando-me para a morte. Não consigo pensar em nada (exceto as limitações comuns que diferenciam um ser humano de um "anjo") que pudesse ser considerado criminoso, seja em relação a outros seres humanos ou em relação ao Estado ou ao governo... Eu pensava exatamente como você - e será que existe alguém mais dedicado ao nosso Partido e ao nosso país? Você sabe o que está em meu coração, conhece a verdade de minhas ações, de meus pensamentos e de minhas palavras. Mas estar aqui deve significar que fiz algo errado - não sei o quê... Não posso suportar a ideia de que você possa não acreditar em mim... Agora, faz três dias que tal ideia me oprime. Ela arde dentro do meu cérebro. Conheço sua intolerância em relação a qualquer desonestidade, mas até você pode estar enganado. Aparentemente, Lenin também estava enganado. Portanto, por favor, acredite quando digo que não fiz nada de errado. Acredite em mim, meu amado.... Mais uma coisa: está na hora de Valichka (filha do primeiro casamento de Sofia) ingressar na Komsomol. Isto, sem dúvida, vai atrapalhá-la. Meu coração está cheio de tristeza por achar que pensará que a mãe é uma vigarista. O horror total da minha situação é que as pessoas não acreditam em mim, não consigo viver assim... Imploro perdão a todos que amo por trazer-lhes tal infortúnio... Perdoe-me, meu amado. Se ao menos soubesse que você acreditou em mim e me perdoou! Sua Sofia.

Presume-se do relato acima que o terror implementado pelo Regime Stalinista não apenas minava a existência jurídica do indivíduo, mas ia muito além.

O terror levado a cabo implicava verdadeiro assassinato da consciência da própria individualidade. Nota-se, que o regime provocava o sentimento da dúvida e da angústia naqueles que mantinha presos. Sofia chega a duvidar de si mesma, da sua consciência. A total arbitrariedade do regime causava nos indivíduos auto reprimenda, por motivos que eles sequer conheciam ou entendiam.

sempre dissemos que quando alguém era preso em nosso país, era por um bom motivo, por algum crime - ou seja, por algo? Sem dúvida, também existe algo em meu caso, mas não sei o quê”; “Mas estar aqui deve significar que fiz algo errado - não sei o quê...”; “Imploro perdão a todos que amo por trazer-lhes tal infortúnio... (FIGES, 2007, p. 356)

Evidencia-se uma sensação de indignidade pessoal em que os indivíduos presos temiam ser desacreditados por sua família ou, ainda mais, serem motivo de constrangimento, de tal modo que sentiam vergonha de si mesmos: *Se ao menos soubesse que você acreditou em mim e me perdoou! ”; “pensará que a mãe é uma vigarista”; “as pessoas não acreditam em mim”. Configura-se, assim, a morte moral do indivíduo: “não consigo viver assim...” (FIGES, 2007, p. 357)*

Além do fato de estar presa, moralmente arrasada, sem qualquer esperança - “não consigo viver assim”, nas palavras de Sofia -, pesa sobre ela o silêncio. Ela sabe, ou pressente, que morrerá sem a resposta do seu amado e sem o perdão de todos que lhes são caros. Nessa configuração, percebe-se que o regime de terror aniquilou a individualidade do ser, o âmbito da vida privada não mais existia.

Resumindo, antes mesmo da morte do corpo físico, o Regime Stalinista causava imensa devastação psicológica. Primeiramente, porque essas pessoas se percebiam completamente fora de qualquer tipo de ordenamento jurídico. Ademais, consideravam-se moralmente reprováveis, haja vista não encontrarem nenhuma ilegalidade em suas ações, presumindo que advinha de alguma conduta imoral.

Sucessivamente, o indivíduo perdia a própria noção de sua dignidade, humanidade e individualidade.

3.2.4 Relato de Nº 04: (FIGES, 2007, p. 306).

Vilgelm Tell cresceu em uma família húngara em Moscou. O pai foi preso em uma das “operações nacionais” de 1938, quando Vilgelm tinha 9 anos. Pelo que ele recorda, nem a mãe nem os avós deram avisos ou instruções específicas sobre como deveria se comportar, mas podia sentir a atmosfera do medo: *No subconsciente, eu sabia que deveria ficar quieto, que não podia falar nem dizer o que estava pensando. Por exemplo, quando viajávamos em um bonde lotado, eu sabia que devia ficar quieto e em silêncio, que não podia falar sobre nada, nem mesmo sobre o que via pela janela... Eu também percebia que todos sentiam o mesmo. Sempre havia silêncio em locais públicos, como nos bondes. Quando alguém falava, era somente sobre algo trivial, como onde tinham feito as compras. Nunca falavam sobre seus trabalhos ou coisas sérias.*

Neste relato, o que marca fortemente a vivência de Vilgelm Tell é o silêncio. Não se exclui sequer o silêncio em torno do próprio silêncio: “Pelo que ele recorda, nem a mãe nem os avós deram avisos ou instruções específicas sobre como deveria se comportar, mas podia sentir a atmosfera do medo”. Pela sua lembrança ninguém da família dissera que ele deveria ficar calado. Mas o silêncio é repleto de significado, por isso ele logo entendeu, pela análise de contexto, que falar poderia ser muito perigoso.

O anonimato das vítimas, que não podem ser chamadas de inimigas do regime, e cuja identidade é desconhecida dos perseguidores até que a decisão arbitrária do governo as elimina do mundo dos vivos e apaga a sua memória do mundo dos mortos é algo além de todo sigilo, além do silêncio mais profundo, além da maior mestria da dupla vida que a disciplina das sociedades conspirativas costumava impor aos seus membros (ARENDE, 2012, p. 578).

O que ele não entendia era o porquê do silêncio para manter-se vivo. O que ele sabia era que havia muito medo e que esse medo era compartilhado: “mas podia sentir a atmosfera do medo”; “... eu também percebia que todos sentiam o mesmo”. O que é cruel nesse relato é a destruição da individualidade presente até a

mais tenra infância. Vilgelm tinha apenas nove anos e conseguia entender a gravidade do contexto em que vivia. No silêncio que lhe era imposto, tornava-se difícil o referencial para construção de sua identidade, pois, conforme Hall (2006), o outro é base para a construção da individuação. Assim, sem o espelhamento o sujeito se fragmenta.

Dessa forma, os quatro relatos analisados oferecem um panorama sobre o horror que o Regime Totalitário Stalinista representou para o indivíduo Russo. Figes (2007, p. 523) acrescenta que:

Nenhum país sofreu mais com a Segunda Guerra Mundial do que a União Soviética. Segundo as estimativas mais confiáveis, 26 milhões de cidadãos perderam a vida (dois terços deles, civis); dezoito milhões de soldados foram feridos [...] e quatro milhões de pessoas desapareceram entre 1941 e 1945. As consequências demográficas foram catastróficas. Três quartos das pessoas que morreram eram do sexo masculino, com idade entre dezoito e quarenta e cinco anos. Ao final da guerra, havia duas vezes mais mulheres que homens nessa faixa etária e nas áreas de luta mais cerrada como Stalingrado, Voronezh, Kursk e Krasnodar, a proporção era de três para um. O desequilíbrio era mais crítico nas regiões rurais, porque muitos soldados camponeses preferiram não voltar para suas aldeias e se estabeleceram nas cidades, onde a demanda por trabalho nas fábricas garantia emprego.

Somente após a Segunda Guerra Mundial, os indivíduos russos começaram a readquirir, aos poucos, a confiança roubada, a coragem para romper o silêncio e a reconstrução da sua dignidade humana. Vale acrescentar que a própria guerra contribuiu para que as pessoas, em especial a população russa, perdessem um pouco do medo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos relatos dos sobreviventes do regime totalitário stalinista descritos na obra *Sussurros: A Vida Privada na Rússia de Stalin*, do historiador Orlando Figes, e a partir da reflexão sobre o pensamento filosófico de Hannah Arendt, é possível considerar que:

Segundo Orlando Figes (1999), a tragédia da Revolução Russa advinha do legado cultural da sua população atrasada, nada tendo a ver com os malefícios eventualmente causados por um ou outro bolchevique. Os russos não foram vítimas, mas protagonistas de seu próprio infortúnio, uma lição sem dúvida dolorosa que eles teriam que aprender.

Todavia, o futuro de um país como nação democrática depende, em grande medida, da sua capacidade em confrontar a história vivida, reconhecendo que, embora a maioria tenha sofrido a opressão, o sistema soviético nasceu e fincou suas raízes no solo russo.

Séculos de servidão e de governo autocrático, que mantiveram a gente comum impotente e passiva, foram a fraqueza da cultura democrática russa que permitiu ao bolchevismo prosperar.

Segundo Figes (1999), o povo permaneceu em silêncio, o que leva a sinalizar o caráter não espontâneo dos padecimentos que o atormentou e que ele ajudou a criar, prisioneiro de uma tirania secular. Analisando a história da Revolução Russa, percebe-se que a escravidão do povo russo decorreu da incapacidade de conquistar a liberdade ante seu estado de alienação. Os russos fizeram a revolução, mas não conseguiram se emancipar. Livraram-se dos imperadores, mas não chegaram a assumir seu destino político nem estabeleceram a cidadania. Vale dizer que o extenso período de submissão a um governo autoritário havia impedido que a classe mais baixa adquirisse consciência de sua cidadania.

Segundo Tragtenberg (1988), pode-se tratar uma linha direta entre a cultura que acorrentava o servo e despotismo bolchevique. O conceito de “nação política”, apontando para uma estrutura constitucional de direitos civis, que havia fornecido a base da Revolução Francesa, permanecia alheio ao campesinato russo, confinado na aldeia. A noção popular de poder continuava a ser articulada em termos de

domínio e coerção da autoridade, aceita de uma certa forma quase religiosa, derivada das tradições da servidão e da autocracia – bem diferentemente do Estado moderno, ancorado em leis e incumbidos de distribuir direitos e deveres entre os cidadãos. O único poder que o camponês conhecia, no seu dia-a-dia – do latifúndio e da polícia – era arbitrário e violento. Contra esse despotismo, ele não podia apelar a direitos legalmente assegurados – na verdade, limitava-se a espancar a mulher e os filhos, a fim de descontar o peso da tirania, esquivando-se dos tentáculos do Estado. Sonhando com a autonomia, a liberdade em relação ao Estado, ele preparou o terreno para uma coerção ainda maior; afinal, sua inclinação anárquica tornava-o praticamente ingovernável.

Da análise dos relatos, percebe-se que o regime totalitário stalinista, imbuído pelo poder arbitrário, utilizava, nas propagandas, o medo como símbolo e como instrumento de dominação. Não havia voz para uma estabilidade social e política. No que diz respeito à condição humana, o terror levado a cabo implicava verdadeiro assassinato da consciência da própria individualidade. E o indivíduo, vítima do regime, perdia toda a textura social na qual haviam nascido, é dizer, a sua cidadania.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

_____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

FERRO, Marc. **A revolução russa de 1917**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FIGES, Orlando. **A tragédia de um povo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LISPECTOR, Clarice. **Água viva**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As Formas do Silêncio**. São Paulo: Unicamp, 2011.

_____, Eni Puccinelli. **Análise De Discurso**. São Paulo: Pontes, 2012.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução russa 1917-1921**. São Paulo: Unesp, 2003.

TRAGTENBERG, Maurício. **A revolução russa**. São Paulo: Atual, 1988.